



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640069 - PA (2021/0012896-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : GUSTAVO PASTOR DA SILVA PINHEIRO E OUTRO
ADVOGADOS : GUSTAVO PASTOR DA SILVA PINHEIRO - PA013933
MAISSA ASSUNÇÃO DA COSTA - PA016989
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : JOSE AUGUSTO DA SILVA LOBATO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE AUGUSTO DA SILVA LOBATO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (HC n. 0800237-05.2021.8.14.0000/PA).

O paciente foi preso preventivamente por, supostamente, integrar organização criminosa.

Os impetrantes sustentam que se estaria diante de flagrante ilegalidade, passível de afastar o óbice contido no enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal

Aduzem que o decreto constitutivo careceria de fundamentação idônea, inexistindo elementos concretos que demonstrem a efetiva periculosidade da liberdade do réu.

Argumentam que o Magistrado singular não teria justificado a impossibilidade de substituição da medida extrema por cautelares diversas.

Destacam as condições pessoais favoráveis do acusado.

Requerem, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência deste Sodalício firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante

ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020; sem grifos no original)

Confira-se, também, a Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a autoridade impetrada, ao indeferir a liminar no *mandamus* originário, fundamentou suficientemente a manutenção da custódia do paciente nos seguintes termos (e-STJ fl. 25):

Da análise do que consta dos autos, não constato, de pronto, os requisitos do periculum in mora e do fumus boni iuris, a demonstrar evidência de ilegalidade ou de abuso de poder, vez que os fatos tido como criminosos eram complexos e reiterados, conquanto se extraia que o paciente, em associação criminosa, apossou-se da máquina pública para o cometimento de delitos sobre o manto da Administração Pública, conduta que preenche o preceito de vulneração da ordem pública inscrito no Art. 312 do CPP, não havendo como se pretender – em uma análise precária de liminar – como se afirmar pela impropriedade do fundamento.

Sendo igualmente patente que, ao afirmar em sua decisão que: “As prisões preventivas dos acusados se mostra a única medida cautelar possível neste momento”, pode-se dessumir que por via indireta as demais medidas cautelares do Art. 319 do CPP igualmente restaram analisadas pelo magistrado e, nesse ponto, afastadas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, inciso XIII, alínea c, c/c o art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência